

VISITA À FEIRA MANUFACTURING WORLD JAPAN, TOKYO

5 A 9 DE FEVEREIRO 2019

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A participação da V/ empresa na **Missão Empresarial de Prospeção à Feira MANUFACTURING WORLD JAPAN 2019**, feira para os sectores da metalurgia e metalomecânica (acessórios e componentes de últimas geração); design, desenvolvimento, tecnologia de produção, sistema de informação; tecnologias 3D; realidade virtual; tecnologia e componentes para o sector aeroespacial; instalações e equipamentos industriais, encontra-se integrada no Projeto Conjunto da AIDA, INOV_MARKETII, identificado com o nº 26.351, cujos principais objectivos visam promover a competitividade das PME e incentivar a diversificação de mercados quer através da realização de acções de capacitação sobre os mercados, quer através da sua participação em missões empresariais e em feiras internacionais aos mercados alvo do projeto.

Esta acção, a realizar no período 5 a 9 de Fevereiro de 2019, é cofinanciada pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE2020), integrado no PORTUGAL2020, estando o respectivo cofinanciamento limitado a apenas uma empresa e a um elemento por empresa.

As PME's participantes, que cumpram todos os critérios de elegibilidade serão reembolsadas, até ao máximo de 50% das despesas elegíveis: viagens e alojamento, estando o incentivo sujeito às regras dos Auxílios de minimis (Regulamento EU n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de Dezembro).

O apuramento inicial da elegibilidade das empresas é verificado no momento de adesão ao projeto, estando a elegibilidade efectiva dependente da análise final do PORTUGAL 2020 | COMPETE 2020 quanto ao cumprimento das condições de elegibilidade, aferidas à data da referida análise.

No caso de cumprimento dos critérios de elegibilidade, a AIDA efectuará a transferência para a empresa do incentivo atribuído aos custos elegíveis. Esta transferência apenas ocorrerá após a AIDA ter recebido do organismo de gestão competente.

INSCRIÇÕES:

A fim de serem assegurados atempadamente os valores, as inscrições deverão dar entrada na AIDA até ao próximo dia **9 de janeiro 2018 de modo a podermos garantir os valores de participação.**

- a) As inscrições serão validadas com a recepção da Ficha de Inscrição preenchida, devidamente carimbada e assinada pelo representante legal da empresa, acompanhada do comprovativo de pagamento da primeira factura respeitante à participação
- b) Para além dos critérios de elegibilidade a cumprir pelas PME's no âmbito do PORTUGAL 2020 | COMPETE 2020, as inscrições serão ainda analisadas por ordem de entrada.
- c) Com a efectivação da inscrição, será enviado à empresa um acordo de pré-adesão ao projecto, que deverá ser devolvido à AIDA devidamente assinado pelo representante legal da empresa e carimbado.
- d) Empresas não elegíveis no âmbito dos Programas PORTUGAL 2020 e COMPETE 2020 poderão participar suportando na íntegra os valores do package de participação.

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

INCLUI: (para 1 participante)

- Viagem com partida a 5 de Fevereiro e regresso a 9 de Fevereiro
- Alojamento em Tokyo em quarto individual (4 noites)
- Seguro de viagem, taxas hoteleiras, aeroportuárias e outras
- Visita à Feira e participação nas várias actividades que decorrerão no âmbito da mesma
- Acompanhamento técnico por parte da AIDA
-

NÃO INCLUI

- Refeições (almoços e jantares)
- Serviços de tradução (se necessário)
- Custos com Passaporte e com Visto de Entrada (caso exista)
- Despesas de carácter pessoal
- Transporte para deslocações à feira

CUSTO DE PARTICIPAÇÃO PARA PME's/FATURAÇÃO

O custo de participação será faturado na sua totalidade, da seguinte forma:

EMPRESAS ELEGÍVEIS

- Valor de Comparticipação nos custos indivisíveis:
 - Associados AIDA: 300,00€
 - Não Associados AIDA: 500,00€
- Valor de Participação na Missão Empresarial de Prospeção: 1 900,00€**

NOTA: Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.

Condições de pagamento para empresas elegíveis:

1º Pagamento – Comparticipação nos custos indivisíveis a liquidar com a formalização da inscrição
2.º Pagamento , no valor de 950€ (50% do custo de participação) , a liquidar no prazo máximo de 15 dias após a formalização da inscrição e cumprimento do ponto “ Documentação a enviar pelas empresas participantes”, mas nunca após o início da acção e com o envio do comprovativo da transferência bancária.
3º Pagamento – os restantes 50% do custo de participação (950,00€ serão liquidados nos termos que vierem a ser acordados entre as partes

NOTA: Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.

Cofinanciado por:



Condições de pagamento para empresas não elegíveis:

1º Pagamento – Comparticipação nos custos indivisíveis (Despesas não comparticipadas), a liquidar com a formalização da inscrição

2º Pagamento, no valor de 1 900,00€, a liquidar no prazo máximo de 15 dias após a formalização da inscrição, mas nunca após o início da acção

NOTA: Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor

2. Os pagamentos podem ser efetuados por:

2.1) Transferência Bancária, deverá ser efectuada para o NIB PT50 0046 0111 00600094265 37 identificando a acção em que a empresa irá participar.

DOCUMENTAÇÃO A ENVIAR PELAS EMPRESAS PARTICIPANTES:

- a) Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo representante legal da empresa
- b) Acordo de pré-adesão devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa
- c) Cópias das certidões comprovativas da ausência de dívidas à Segurança Social e às Finanças
- d) Cópia do licenciamento industrial/comercial
- e) Certificado eletrónico de PME (obtido no site do IAPMEI: www.iapmei.pt)
- f) Cópia da IES de 2015 ou código de acesso
- g) Comprovativo do registo no Balcão2020
- h) Toda a documentação deverá ser enviada em formato digital, bem como o comprovativo do pagamento para: c.vieira@aida.pt ou d.costa@aida.pt

PORTUGAL 2020 | CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Requisitos a cumprir pelas empresas para efeitos de participação

Tipo de projecto e sua descrição

Projecto no âmbito do Programa Operacional da Competitividade e internacionalização, Projetos conjuntos – Internacionalização das PME, concurso para apresentação de candidaturas, Aviso nº 21/SI/2016.

Regime legal do sistema de incentivos que enquadra a iniciativa

Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro.

Critérios de Elegibilidade das Empresas

No âmbito da participação no Projecto INOV_MARKETII, e de acordo com a legislação aplicável, designadamente o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, o artigo 5º do RECI, cada empresa participante deve cumprir os seguintes critérios:

- a) Estar legalmente constituída, cumprindo as condições necessárias para o exercício da atividade, e localizarem-se nas regiões NUTS II: Norte, Centro e Alentejo
- b) Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante, respectivamente, a administração fiscal e a segurança social e entidades pagadoras dos incentivos, incluindo a situação regularizada em matéria de reembolsos em projectos apoiados com cofinanciamento dos FEEI.
- c) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável.
- d) Cumprir os critérios de Pequena e Média Empresa (PME), devidamente comprovados pelo Certificado PME.
- e) Não ser uma empresa em dificuldade, de acordo com a definição prevista no artigo 2º do Regulamento (UE) nº 651/2014, que considera “empresa em dificuldade”, aquela relativamente à qual se verifica, pelo menos, uma das seguintes circunstâncias:
 - No caso de uma empresa que exista há 3 ou mais anos, se mais de metade do seu capital social subscrito tiver desaparecido devido a perdas acumuladas, ou seja quando a dedução das perdas acumuladas das reservas e de todos os outros elementos geralmente considerados como uma parte dos fundos próprios da empresa, conduz a um montante cumulado negativo que excede metade do capital social subscrito;
 - Sempre que a empresa for objecto de um processo coletivo de insolvência ou preencher, de acordo com o respetivo direito nacional, os critérios para ser submetida a um processo colectivo de insolvência a pedido dos seus credores;
 - Sempre que uma empresa tiver recebido um auxílio de emergência e ainda não tiver reembolsado o empréstimo ou terminado a garantia, ou tiver recebido um auxílio à reestruturação e ainda estiver sujeita a um plano de reestruturação

- f) Apresentar uma situação líquida positiva, reportada ao pré-projecto (2015).
- g) Não se tratar de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de Junho.
- h) Não ter salários em atraso
- i) Possuir os meios técnicos, físicos, financeiros e recursos humanos necessários à participação no projeto.
- j) Efetuar o registo prévio da empresa no balcão 2020.
- k) Garantir que a participação nesta acção não é objeto de cofinanciamento por parte de outro sistema de incentivos
- l) Garantir um aumento na intensidade de exportação, medido no ano de 2019 (aferido pela correspondente IES) face ao ano de 2015 (pré-projecto).

Âmbito Sectorial

De acordo com a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE), revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro, por não visarem a produção de bens e serviços transaccionáveis, não serão apoiadas as PME das seguintes atividades:

- a) Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66;
- b) Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220;
- c) Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92.

Devido a restrições europeias específicas, não são, ainda, enquadráveis os projetos inseridos nos sectores da produção agrícola primária, da produção animal, caça e florestas (divisão 01 e 02 da CAE), bem como da pesca e da aquicultura (nos termos do Regulamento (UE) n.º 1379/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013).

Não são elegíveis os projetos de investimentos incluídos no âmbito dos contratos de concessão com o Estado (Administração Central ou Local) e para o exercício dessa atividade concessionada, conforme estabelecido no n.º 4 do art.º 4º do RECI.